

A AVALIAÇÃO

Escolar

E A PROMOÇÃO
CONTINUADA

» por Andréa Fetzner*

Para que professores avaliam os estudantes? Esta pergunta simples e objetiva remete à polêmica entre aprovação automática, promoção/progressão continuada e reprovação escolar.



Embara alguns teóricos preferam discorrer sobre as diferenças entre os conceitos, o que é um trabalho intelectual importante para contribuir com a prática escolar, particularmente costume abordar o tema a partir de seu uso social. No caso da avaliação escolar, seu uso educacional. Podemos arriscar certo consenso dizendo que os professores avaliam os estudantes para verificar o aprendizado. Estas avaliações se dão por meio de provas, trabalhos, acompanhamento cotidiano, enfim, um conjunto de instrumentos avaliativos que, dependendo do professor, da escola e de sua experiência docente, é registrado em caderno de acompanhamento, ficha de rendimento, planilha de notas, portfólios, boletim (a utilização de uma forma de registro – caderno de acompanhamento dos estudantes, por exemplo).

A polêmica começa a surgir quando, verificada a aprendizagem, perguntam-se, escolas e professores, sobre o que devem fazer quando esta aprendizagem verificada se apresentar insuficiente para os parâmetros estabelecidos pela escola. O mais comum, na prática escolar, é propor que o estudante refaça o ano letivo, tendo a *oportunidade de aprender* o que (supostamente) não conseguimos ensinar até o momento. Ou seja, o estudante precisaria repetir o ano para que viesse a aprender o que não conseguimos verificar como aprendido nesse momento. Para que a ação “reprovar para o estudante aprender” pudesse ser defendida como o melhor encaminhamento, precisaríamos constatar que, mediante a reprovação em um ano letivo escolar, o estudante, no ano seguinte, tivesse seu problema resolvido e a avaliação, novamente aplicada, pudesse constatar que “o estudante agora aprendeu”.

Porém, a reprovação escolar, amplamente praticada no Brasil nos sistemas seriados – embora em algumas destas organizações escolares em séries ela seja

acompanhada com propostas de não reprovação –, não tem conseguido cumprir o seu objetivo, que é o de promover a aprendizagem desejada. Repetir o ano letivo, por parte dos estudantes que não atingiram o desempenho esperado pela escola nos processos avaliativos, não tem se mostrado eficiente para gerar um melhor aprendizado. Não se trataria, portanto, de deixar de avaliar os estudantes, mas de pensar que outras medidas seriam possíveis para que, constatada a aprendizagem escolar insuficiente, pudessemos corrigir os rumos, melhorar os processos, adequar o ensino às necessidades dos estudantes.

A DIFÍCIL COMPREENSÃO DA PROGRESSÃO CONTINUADA

A escola básica no Brasil é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Parece ser difícil conviver com a ideia de uma escola básica que não tenha a possibilidade de reprovar estudantes a cada ano. Embora na educação infantil a ideia de não reprovação seja mais aceitável, ao final do período (aproximadamente quando as crianças chegam aos cinco anos) é comum ouvir alguns argumentos, por parte das escolas e famílias, de que a criança de cinco anos “tem um comportamento muito infantil”, “precisa ficar mais tempo na pré-escola, porque não vai aprender na escola de ensino fundamental”, ou ainda, “agora é melhor segurá-la, mais tarde será pior”.

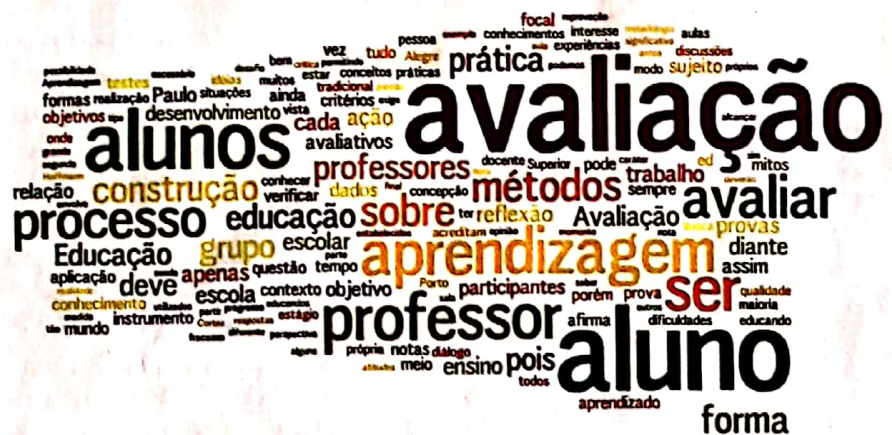
SAIBA +

PROGRESSÃO/PROMOÇÃO CONTINUADA

Progressão continuada é uma das formas básicas de ensino nas escolas fundamentais que pressupõe que o estudante deve obter as competências e habilidades em um ciclo, que é mais longo que um ano ou uma série. Nesse sistema de ciclos, não está prevista a reprovação, mas a recuperação, por aulas de reforço.

O objetivo é regularizar o fluxo de alunos ao longo dos anos de escola, para superar o fracasso das altas taxas de reprovação. A ideia é que, com isso, os alunos tenham acesso ao estudo, sem repetências ou interrupções que criem desânimo e/ou prejudiquem o aprendizado.

O sistema de progressão continuada foi implantado inicialmente na França, em 1989, com o objetivo de reduzir o número de alunos reprovados e melhorar a qualidade do ensino. No Brasil, já existia iniciativas de implementar o sistema de progressão automática em 1920. A partir de 1980, esse sistema passou a ser discutido em debates nacionais. Em 1996, por causa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esse sistema começou a ser adotado nas escolas. Leia mais: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Progress%C3%A3o_continuada>.



*Andréa Fetzner é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul – UFRGS. Formada em Ciências Sociais e pesquisadora na área de educação sobre os temas: ciclos, currículo, cultura escolar e avaliação.

PONTO DE VISTA CRÍTICAS



Algumas famílias associam o sistema de progressão continuada a uma queda de qualidade no ensino, por isso o motivo de críticas. Os professores, em geral, acreditam que a reprovação é um "incentivo" aos estudantes. Outra crítica é a de que o fenômeno do "copismo", relacionado ao analfabetismo funcional, vem aumentando, devido à progressão continuada. Entre os acadêmicos, embora haja opositores a esse sistema, os defensores são em maior número. Geralmente, as críticas dos professores universitários recaem sobre a forma de implementação desse sistema, que muitas vezes ocorreu sem a participação de professores do ensino médio, sem um projeto pedagógico adequado e sem condições para a oferta de recuperação de conteúdo aos alunos.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, já criticou publicamente a progressão continuada, que havia sido implantada nas escolas municipais da cidade por seu antecessor, César Maia: "A prefeitura fingia que ensinava. O aluno fingia que aprendia. Mas a vida não é assim. Ela é feita de desafios". Paes eliminou a progressão continuada no Rio.

CITOU CITAÇÕES

"(...) avaliamos para compreender os processos pedagógicos implicados no ensino, para coletar dados que confirmem ou neguem os processos de ensino, para descobrir e propor soluções de superação, avanço, ampliação da aprendizagem. A avaliação deve caminhar para além da mera constatação e classificação do aluno, tornando-se parte integrante do processo de ensino, subsidiando o professor com informações que vão ajudá-lo a orientar e reorientar a sua prática (...)". (Normanda Beserra)

Quando a não reprovação é proposta pela escola de ensino fundamental, então a dificuldade de compreensão aumenta muito. A crença de que a reprovação é um instrumento importante para fazer com que o aluno estude, ou como garantia de que o ensino que não ocorreu neste ano será realizado no ano seguinte, é muito forte. No ensino médio, os mesmos argumentos costumam ser repetidos, em nome da aprendizagem e da qualidade da educação.

Olhando para a questão com uma perspectiva mais crítica, poderíamos nos perguntar por que quando uma criança não demonstra um comportamento que é semelhante aos seus pares em idade (atenção, percepção, linguagem, por exemplo) ela não poderia desenvolver este comportamento mantendo-se no mesmo grupo de alunos que participa? Ou seja, se uma criança, adolescente ou jovem apresenta-se à escola como alguém que, participando durante um ano letivo de uma turma da escola, não desenvolveu os conhecimentos, atitudes, habilidades considerados necessários, precisa, para que isso venha a acontecer, ser separado de sua turma?

Por que um estudante que não acompanha determinadas expectativas da escola sobre seu desenvolvimento não poderia receber apoio, das mais diversas formas e especialidades, para que viesse a conquistar seu desenvolvimento sem ser separado de sua turma escolar? Por mais que nos esforcemos em argumentar a favor da separação – a escola não tem professor para atendê-lo em atividades de suporte/complementação das atividades necessárias ao seu pleno desenvolvimento; a família não se aproxima da escola para acompanhar seu desenvolvimento; o governo não dá condições razoáveis de funcionamento das escolas –, os argumentos tornam-se perversos, porque a reprovação do estudante vem a penalizar exclusiva e diretamente a ele por negligências que não são suas ou pelas quais ele ainda não pode ser responsabilizado (falta de interesse na escola, por exemplo).

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

LEI QUE RESOLVE
MUITOS PROBLEMAS:
LEI-TURA



A educação básica tem por finalidades, segundo o Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, "[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (1996). Trata-se de uma educação voltada para a inserção do indivíduo na cultura escolar, na ampliação das suas formas de ver o mundo, na construção de uma visão mais crítica e elaborada de cidadania, trata-se de lhe fornecer instrumentos básicos para o trabalho e o estudo, mas não de uma profissionalização a priori.

Para que uma pessoa aprenda determinado saber, é preciso permitir a ela a convivência com pessoas que dominem, mesmo que parcialmente, este saber. A separação, nas escolas, entre aqueles que (supostamente) sabem algum conteúdo daqueles que não o sabem, para que, então, um único professor possa ensinar aos que não sabem, é uma das dificuldades para que a aprendizagem aconteça. A convivência, em uma mesma turma, de crianças que já estão lendo, por exemplo, com crianças que ainda não

leem é uma necessidade para que todos (os que já leem e os que ainda não) possam avançar neste projeto coletivo que é a escola e também a alfabetização. Além da convivência entre os que supostamente sabem algum conteúdo e outros que supostamente não sabem (ou sabem de forma diferente), outras medidas didáticas também são necessárias: organização do trabalho pedagógico de forma adequada à diversidade de saberes; ensino-aprendizagem em diálogo com a realidade social circundante; medidas de apoio escolar na realização dos estudos, de forma a contemplar aqueles que precisam de mais atendimento (aulas de apoio, laboratórios de aprendizagem, reagrupamentos escolares, entre outros). Por fim, mesmo com a reprovação escolar, a aprendizagem do estudante se mantém abaixo do esperado.

O problema recai, mais uma vez, na solução simplificada da questão: se a escola (ou a família, ou o sistema) não oferece apoio, então é melhor fazer com que o estudante seja reprovado do que deixá-lo "seguir adiante com lacunas na sua aprendizagem", porém a reprovação costuma não resolver os problemas que foram percebidos pela escola no momento da reprovação (a família do estudante não muda sua relação com ele ou com a escola; o estudante não passa a se interessar mais pela escola depois de reprovado e a escola não passa a ter os serviços de apoio necessários para o acompanhamento do estudante).

É possível perceber um círculo sem fim ou saída para as situações de reprovação escolar. Alguns (ou muitos) professores, porque não encontram situações razoáveis para o ensino-aprendizagem, organizam a dinâmica das aulas com base na cópia, na realização de exercícios repetitivos e na abordagem de um conteúdo descontextualizado de seu uso na vida cotidiana. A escrita, por exemplo, muitas vezes é utilizada apenas para preencher o tempo do estudante, aplicar regras gramaticais, treinar a ortografia; poucas vezes para comunicar

ideias, criar outras realidades, comunicar notícias importantes para os estudantes, expressar necessidades ou sentimentos, aspectos riquíssimos no uso da linguagem. Os trabalhos são propostos na sala de aula para diminuir a conversa, o barulho, a brincadeira, a bagunça. Do ponto de vista didático, aposta-se em atividades individuais passivas, cópias sem significado, dever de casa como reforço de ideias que não foram compreendidas na escola, memorização de conceitos não compreendidos.



A organização do espaço escolar favorece o fracasso do trabalho com o estudante: classes enfileiradas, dificultando a troca de ideias, linguagem inadequada dos materiais instrucionais, pobreza de material didático, professores cansados de tantas aulas e turmas; escolas isoladas de seu entorno, famílias que quando não compartilham da mesma cultura são tomadas como inimigas do corpo docente. Neste contexto, outro aspecto perverso do ensino está nas políticas públicas que colocam metas para as escolas e responsabilizam professores pelo desempenho escolar de estudantes, desconhecendo outras variáveis sociais e pedagógicas que influenciam no desempenho e desconhecendo o poder avaliativo do docente, mas isso é assunto para outro artigo.

REFERÊNCIA:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

SAIBA +

LDB

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96 – é a lei orgânica e geral da educação brasileira. Como o próprio nome diz, ela dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional e, por não ser detalhista, fato raro na legislação brasileira, concede muita liberdade para as escolas, para os sistemas de ensino dos municípios e dos estados, fixando apenas normas gerais. A primeira Lei de Diretrizes e Bases foi criada em 1961. Uma nova versão foi aprovada em 1971 e a terceira, ainda vigente no Brasil, foi sancionada em 1996. Alguns pontos da LDB vigente desde então são considerados ganhos importantes para os cidadãos: "A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público" (art. 69); o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito (art. 4) e a Educação Infantil (creches e pré-escola) se torna oficialmente a primeira etapa da educação básica. Conheça a história da LDB em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml>>.



ANDRÉA FETZNER

É organizadora dos seguintes livros, publicados pela Wak Editora:

- Ciclos em Revista volume 1 – a construção de uma outra escola possível;
- Ciclos em Revista volume 2 – implicações curriculares de uma escola não seriada;
- Ciclos em Revista volume 3 – a aprendizagem em diálogo com as diferenças;
- Ciclos em Revista volume 4 – avaliação, desejos, vozes, diálogos e processos e Ciclos em Revista volume 5 – gestão escolar e ciclos: políticas e práticas.